

5 JUL 1984

Obstáculos militares à Constituinte

por Getúlio Bittencourt de São Paulo
(Continuação de 1ª página)

GAZETA MERCANTIL

ficam muito mais temerosos de um "recrudescimento do revanchismo no Brasil".

Tancredo Neves sabe disso diretamente da fonte — ele conversou meia dúzia de vezes com o próprio ministro do Exército, general Walter Pires, no último ano. Seus mais estreitos aliados também sabem. É expressivo que um deles, o governador paulista Franco Montoro, em entrevista coletiva ontem em São Paulo, não tenha usado a expressão "Assembléia Nacional Constituinte" ao destrevar a possível presidência Tancredo Neves. Montoro falou precisamente em "atribuição de poderes constituintes ao Congresso".

O governador mineiro começará a sofrer contra-ataques, nas próximas semanas, em suas outras áreas de conflito, as dificuldades de composições estaduais. O ministro do Interior, Mário Andreazza, ainda não desistiu do combate contra o deputado Paulo Maluf na convenção do PDS.

Andreazza está reanimado por seu recente avanço num reduto malufista, Mato Grosso, onde conquistou o apoio de doze dos dezoito deputados federais, embora o governador Júlio Campos e o senador Roberto Campos sejam aliados de seu adversário.

GAZETA MERCANTIL Obstáculos

5 JUL 1984 militares à Assembléia Constituinte

por Getúlio Bittencourt de São Paulo

A capacidade de articulação do governador Tancredo Neves, do PMDB, está sendo vigorosamente desafiada. Não se trata apenas da delicada teia de acordos interestaduais que ele precisa tecer e que ontem o levou ao Rio de Janeiro para conversar com o governador Leonel Brizola, do PDT. Há também obstáculos de natureza militar.

Os chefes militares são visceralmente contra a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o tema que funciona como um pano de fundo do programa inteiro do PMDB. Governadores do PMDB, como o paranaense José Richa, que têm bons contatos militares, registraram essa apreensão nas últimas semanas.

A cúpula do PMDB dispõe de uma solução técnica para o assunto. Evidentemente, não se poderá esperar que o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, deixe de falar na Constituinte durante a eleição para o Congresso, em 1986. "Mas Tancredo Neves deverá falar na atribuição de poderes constituintes ao Congresso", explica o líder do partido na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre.

A diferença é significati-

va, pois, na fórmula que o PMDB estuda, a futura Constituição seria outorgada pelo presidente da República, no caso o atual governador mineiro. E também uma questão complexa. "Fazer isso é atribuir ao Congresso poderes que ele não pode ter", pondera o jurista Miguel Reale. "O Congresso só tem, nesse caso, os poderes constituintes previstos na própria Constituição em vigor. A situação seria melhor se a oposição tivesse aprovado a emenda constitucional do presidente Figueiredo", acrescentou.

Freitas Nobre entende, porém, que o Congresso eleito em 1986 sob uma presidência do PMDB poderá funcionar normalmente durante o dia, servindo como Constituinte à noite.

Os militares temem, especificamente, que a campanha por uma Constituinte leve "à eleição de um Congresso dominado pela esquerda", raciocina o ex-governador baiano Antônio Carlos Magalhães. Acredita-se que os militares sejam particularmente refratários à legalização do que, no Brasil, se pode chamar de os Partidos Comunistas; no entanto, Magalhães acredita que os chefes militares

(Contínuo na página 5)